

COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A NECESSIDADE DE SE REIMAGINAR O PRESENTE

Ruy Sardinha Lopes

■ Bacharel, mestre e doutor em Filosofia (USP), professor doutor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, coordenador do Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas (NEC-USP).

■ *Licenciado, máster y doctor en Filosofía (USP), profesor del Instituto de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de São Paulo, coordinador del Nucleo de Estudios de las Espacialidades Contemporâneas (NEC-USP)*

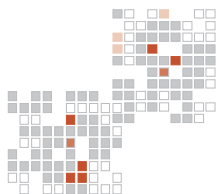
■ Email: rsard@sc.usp.br

Gustavo Cimadevilla

■ Licenciado e doutor em Ciências da Comunicação (UNRC) e mestre em Extensão Rural (UFMS, Brasil), Professor titular e diretor do Doutorado em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Nacional de Río Cuarto, Argentina. Ex vice-presidente da ALAIC .

■ *Licenciado y Doctor en Ciencias de la Comunicación (UNRC) y Master en Extensión Rural (UFMS, Brasil), Profesor Titular y Director del Doctorado en Ciencias Sociales de la Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Río Cuarto, Argentina. Vice-presidente de ALAIC.*

■ Email: gcimadevilla@hum.unrc.edu.ar



A realização da 27ª sessão da Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas, também conhecida como COP ou Conferência das Partes da ONU, em novembro de 2022, na cidade de Sharm El-Sheik, no Egito colocou mais uma vez em debate mundial não apenas a urgência da adoção de um conjunto de medidas capazes de mitigar os efeitos da crise ambiental e climática em curso, bem como a necessidade de se repensar o binômio desenvolvimento/sustentabilidade sobre bases alternativas, quicá contrapostas às atualmente hegemônicas.

Embora esse debate não seja novo e esteja colocado, inclusive no âmbito das agências multilaterais, desde a década de 1970 e venha sendo marcado por posições que vão da defesa de um “capitalismo verde” e usos de “tecnologias limpas” ao “ecossocialismo” e abandono do próprio conceito de desenvolvimento, marcadamente capitalista e, portanto, estruturalmente insustentável; a aproximação da fronteira planetária somada à incapacidade das nações signatárias, em especial os países mais ricos, enfrentarem os desafios que lhes são impostos explicitam a contradição básica que atravessa nossa sociedade e cuja superação implica a necessidade de reimaginar a existência humana e sua relação com o planeta.

Assim, como ressaltam Raquel Cabral e Thiago Galvão, em artigo para esse dossier, se a Agenda 2030 e os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) aprovados pelas Organizações das Nações Unidas em 2015 têm cumprido um importante papel na circulação das ideias e estímulos às mudanças nas rotinas organizacionais mais comprometidas com as urgências ambientais é preciso reconhecer a necessidade de adoção de um novo paradigma cultural, que ao reconhecer o papel transformador das artes, educação e comunicação, permita reinventar nosso pacto societário

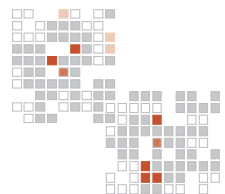
No campo específico das comunicações, se são bastante conhecidas as matrizes epistemológicas

e políticas que atam seu conceito clássico e hegemônico ao *deste* desenvolvimento, é de se esperar que o questionamento do segundo exija também que repensemos o primeiro. Como nos lembra Pablo Espinoza no artigo que abre o dossier dessa edição, a partir das colocações de Rosa María Alfaro: “que comunicação para que desenvolvimento?”.

O conjunto de autores aqui reunidos, ao qual agradecemos, se centraram, de uma forma ou de outra, sobre o esforço de ao “decolonizar” o conceito de desenvolvimento repensar as bases a partir das quais seu campo disciplinar se deixar pensar e existir. A começar pela discussão terminológica: “comunicação para o desenvolvimento”, “comunicação democrática”, “comunicação intercultural”, “comunicação para a mudança social”, “comunicação para o desenvolvimento sustentável”, “comunicação para o bem viver”, o reconhecimento das epistemologias alternativas oferece novos caminhos.

Mais uma vez, a discussão em curso não é nova e pode se apoiar na enorme contribuição ofertada pelo pensamento comunicacional latino-americano a esse respeito. Ao refletir sobre os 25 anos de existência do programa Comunicação para o Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Peru, Pablo Espinoza nos mostra o quanto uma formação profissional centrada “nos processos e dinâmicas estruturais que constituem o social”, distanciando-se da visão meramente instrumental ou circunscrita ao midiático ou tecnológico.

Outra experiência “contra-hegemônica” para se pensar a “comunicação como eixo transversal de atividades de transformação social”, foi a da emergência do campo da educomunicação, conforme analisam Thaís Brianezi e Carmen Gattás. Ao resgatarem os vínculos de origem desse campo com às lutas pela efetivação do direito à comunicação e com uma visão mais holística da realidade social e comunicativa as



autoras demonstram sua confluência com os objetivos da chamada educação ambiental crítica e seu respeito ao valor intrínseco de todas as formas de vida. Tais perspectivas, tanto a peruana como a das práticas educomunicativas no Brasil, se, por um lado, apontam para um novo campo de possibilidades, exigem o alerta constante em mobilizar as pessoas contra a instrumentalização de tais práticas.

O alerta contra tal perigo está presente tanto na análise feita por Patrícia Saldanha e Renata Tarrío de como o algoritmo do aplicativo Instagram se apropria de um movimento “anticonsumismo” como o minimalismo para incentivar práticas de consumo, ainda que tais mercadorias possam aparecer revestidas por certo véu de “eticidade estetizante”, mediatizando, portanto, o próprio movimento.

Nesse sentido, se por outro lado, o movimento permacultural também contribui para a constituição de um “modelo alternativo ao desenvolvimento hegemônico”, buscando formas alternativas de consumo e de relações interpessoais e comunitárias, como afirmam Vanesa Ronsini, Rafael Medeiros, Laura Foletto e Marcos Marão, autores do *artigo Comunicação, mudança social e movimento permacultural*, podendo aliar-se ao conceito de comunicação para a mudança social, as dificuldades práticas para a sua implementação aliadas à ausência de políticas públicas capazes de ampliar o alcance social de seus princípios e práticas constituem importantes obstáculos e serem contornados por uma prática comunicacional que se pretenda emancipadora.

Outra forma de se pensar a contribuição do pensamento comunicacional latino-americano para a constituição de novas epistemologias

capazes de repensar o binômio comunicação/desenvolvimento é a oriunda do pensamento indígena e seu conceito de **comunicação para o bem viver**. Tal conceito, como nos mostra Emanuela Neves do Amaral e Adilson Vaz Cabral Filho, em artigo sobre a comunicação dos Povos Indígenas, assenta-se na cosmovisão andina e é compartilhado por outras culturas de povos originários e preconiza uma vida em harmonia com as diversas esferas que compõem a realidade. Como nos fala Dora Estella Muñoz Atillo, importante comunicadora e ativista indígena colombiana, em entrevista a Guilherme Gitahy de Figueiredo, o conceito de comunicação do povo Nasa está fortemente vinculado a espiritualidade e à vida cotidiana desse povo, tecida através das energias dos seres cósmicos, espirituais e humanos e posta a serviço do fortalecimento da identidade comunitária e da defesa do território e dos direitos dos povos originários. Nas palavras de Dora Muñoz:

“ La comunicación para el buen vivir en el territorio, es una forma de resistencia, defensa, cuidado de la vida y de la madre tierra. La comunicación ha sido una herramienta estratégica para la denuncia, la visibilización, la concientización y la movilización. A esta practica le llamamos caminar la palabra digna de los pueblos.

El buen vivir es la práctica del respeto a nuestra madre tierra, es vivenciar la espiritualidad, es practicar y transmitir los saberes tradicionales, la cultura, las formas de resistencia y de organización, lo cual nos ha permitido la permanencia como pueblos en el territorio y el fortalecimiento organizativo”

